

Projeto Legado

*Agenda de compromissos para
a gestão das águas*

Rumo ao 8º Fórum



Projeto Legado

Objetivo Principal

O Projeto Legado visa estabelecer, a partir de diagnósticos prévios, reflexões da própria ANA e de consultas dirigidas, **uma agenda propositiva** de compromissos para aperfeiçoar o modelo de gestão de águas no país, focada na superação de lacunas legais e institucionais e no enfrentamento de desafios históricos da gestão das águas.

Projeto Legado

Objetivos Específicos

O Projeto Legado visa estabelecer também:

- Elementos para qualificar a participação brasileira no **8º Fórum Mundial da Água em 2018**; e
- Diálogo com diversos segmentos para **subsidiar as ações** voltadas à sua implementação.

Projeto Legado – Documento Zero.2

Agenda para Construção de Compromissos

Como ponto de partida apresenta-se um conjunto de desafios à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

São apresentadas **propostas** para enfrentar os problemas, bem como **instrumentos** legais e normativos para sua execução.

Projeto Legado

Desafios e propostas

Desafios: Segurança e Infraestrutura Hídrica
Prevenção e ação eficaz em momentos de crise hídrica

Propostas:

- Dominialidade nas situações de crise
- Criação de Programas Estratégicos de Segurança Hídrica
- Aperfeiçoamento da PNSB
- Criação de novos espaços institucionais:
 - Comitê Interministerial de Segurança e Infraestrutura Hídrica
 - Conselho Nacional de Segurança de Barragens

Projeto Legado

Desafios e propostas

Desafios: O Modelo Brasileiro de Governança frente à GIRH
Gestão descentralizada, participativa e integrada

Propostas:

- Fortalecimento do CNRH
- Fortalecimento dos Organismos de Bacia
- Criação de Comitês na Amazônia
- Conferência Nacional das Águas
- Uma Nova Agenda “Água e Meio Ambiente”
- Agendas Setoriais “Água e Desenvolvimento”

Projeto Legado

Desafios e propostas

Desafios: Implementação das Políticas de Água no País
Instrumentos para gestão sustentável e garantia dos usos múltiplos

- Rede Nacional de Qualidade de Águas
- Universidade Aberta da Água
- Aperfeiçoamento do planejamento, regulação e cobrança
- Modelo de pagamento por resultados

Desdobramentos das Propostas

Congresso Nacional

- 4 propostas de aprimoramento de Leis: 9.433/1997, 9.984/2000, 12.334/2010 e 8.001/1990

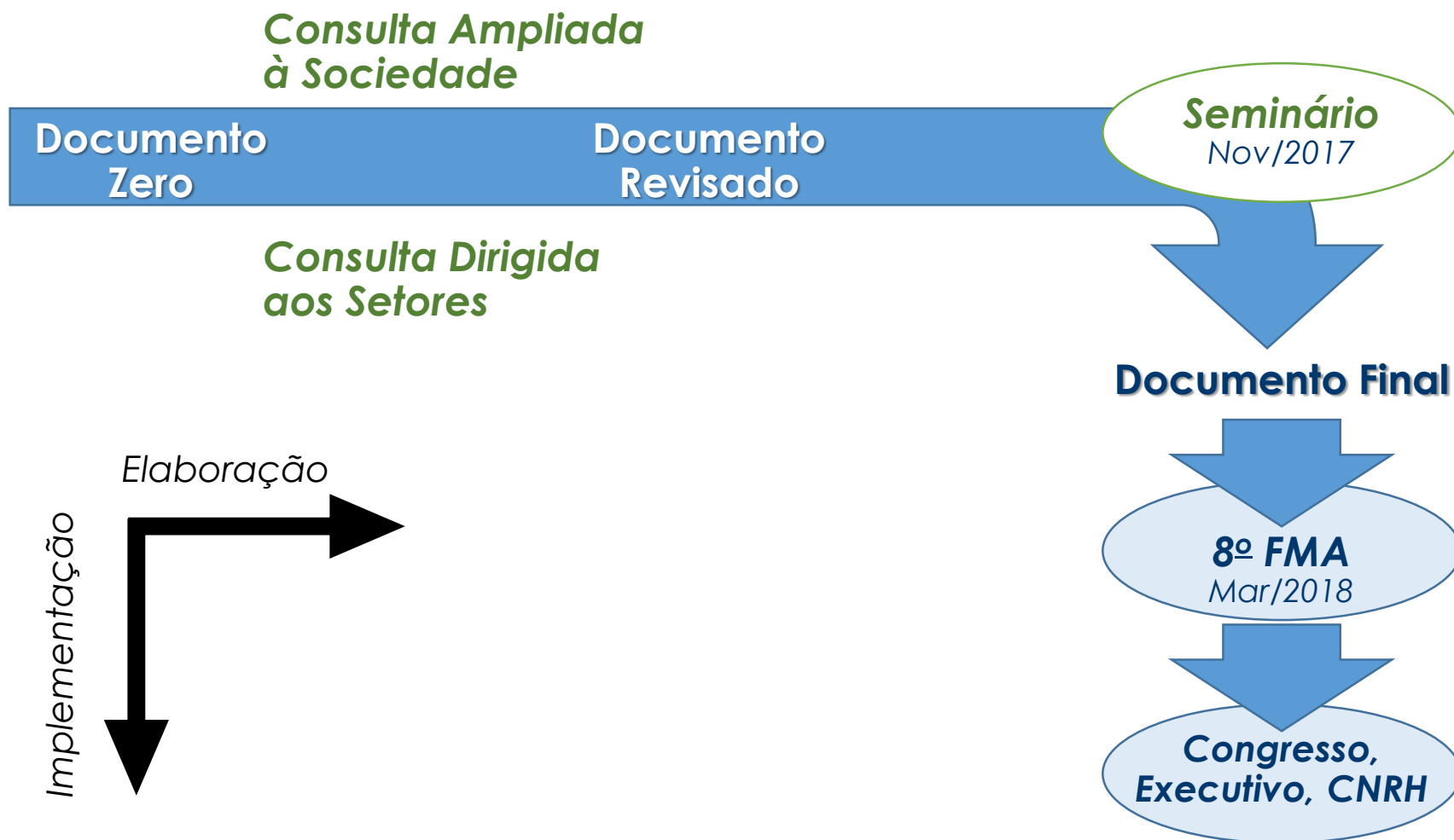
Governo Federal

- 3 propostas de aprimoramento de Decretos: 3.692/2000, 4.613/2003, 6.160/2007; e
- 4 novos Decretos: CINFRAH, CNSB, Conáguas, e UNA-Água

CNRH

- 4 propostas de aprimoramento de Resoluções: 151/2012, 05/2000, 48/2005, 145/2012; e
- 3 novas Resoluções: RNQA, Escopo de planos, e Outorga de lançamento de efluentes

Projeto Legado – Metodologia



Projeto Legado – Comunicação

Projeto Legado

Apresentação

O **Projeto Legado** é um esforço institucional de consolidação de propostas para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Recursos Hídricos* e do quadro institucional a partir da sistematização dos diversos estudos e diagnósticos existentes, de reflexões produzidas pela ANA e de consultas dirigidas aos atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e outros atores.

O **Documento Base – versão zero** é o ponto de partida para rodadas de discussões com diversos públicos de interesse que vão colaborar para o aprimoramento das propostas. As rodadas vão culminar no Documento Final, cuja divulgação está prevista para novembro, quando será realizado um seminário com ampla participação dos setores envolvidos. A versão final do documento será apresentada no **8º Fórum Mundial da Água**, entre 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

O percurso do **Legado** até o Documento Final terá a seguinte dinâmica: são identificados temas e questões-chave. Para cada um deles, é apresentada uma breve descrição do problema, seu contexto e as propostas objetivas que visem a sua superação, tais como propostas de projetos de lei, de resoluções do CNRH, de programas de fomento, entre outras. Entre as questões de interesse identificadas estão, por exemplo, a atuação do SINGREH em momentos de crise, o papel e o funcionamento do CNRH, a implementação da gestão participativa nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, integração com políticas de meio ambiente e setoriais, conservação de água e reúso, entre outras.

- Documento Base – versão zero

Contribuições

Além dos participantes das reuniões setoriais, todos os cidadãos podem fazer contribuições, sugestões ou críticas. Basta preencher o formulário online. As contribuições recebidas poderão ser incorporadas ao documento após análise preliminar pelo Comitê Gestor do Projeto Legado.

[Clique aqui para preencher o formulário online.](#)



<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/ProjetoLegado.aspx>

Projeto Legado

Desafios e Propostas

Detalhamento das Propostas

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

1. Atuação do SINGREH em momentos de crises

Constatação/Problema/Desafio

As instituições do SINGREH - colegiados e instituições públicas - têm demonstrado limitações para dar respostas eficazes à sociedade brasileira em situações de grave crise hídrica ou conflito federativo.

Resumo da Proposta

Propõe-se a revisão da Lei de criação da ANA, ampliando suas prerrogativas para atuação em articulação com os órgãos gestores estaduais** em toda a extensão da bacia e adoção de medidas excepcionais de caráter integrado.*

Instrumentos

* Revisão da Lei nº 9.984/2000 e do Decreto nº 3.692/2000;

** Resoluções conjuntas entre ANA e órgãos estaduais (a detalhar).

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

1. Atuação do SINGREH em momentos de crises

Detalhamento da proposta

Art. O artigo 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (...), cabendo-lhe: (...)

XXIII – declarar situação crítica em termos de qualidade, quantidade ou ambas de recursos hídricos nos corpos hídricos que impactem o atendimento aos usos múltiplos localizados em rio de domínio da União;

XXIV – estabelecer e fiscalizar, em articulação com os Estados, o cumprimento de regras de uso da água visando assegurar os usos múltiplos durante a vigência da declaração de situação crítica de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII;

(continua)

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

1. Atuação do SINGREH em momentos de crises

Detalhamento da proposta

(continuação)

§ 2º As ações a que se refere o inciso X deste artigo, quando envolverem a situação crítica de recursos hídricos, somente poderão ser promovidas mediante a declaração a que se refere o inciso XXIII.

.....

.....

§9º As regras a que se refere o inciso XXIV serão aplicadas a todos os corpos hídricos abrangidos pela declaração de situação crítica de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII."

§ 10 A declaração a que se refere o inciso XXIII atende ao disposto no art. 46 da Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007."

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

2. Programas Estratégicos de Segurança Hídrica

Constatação/Problema/Desafio

A Lei 9.433 determina a integração da política de recursos hídricos com as políticas setoriais. Todavia, os diversos setores, inclusive no âmbito do poder público, acabam muitas vezes definindo seus investimentos com base exclusivamente em agendas setoriais, sem observar o planejamento de caráter mais geral para o conjunto dos setores usuários com vistas a segurança hídrica.

Resumo da Proposta

Propõe-se alterar a Lei 9.433/1997 para incluir, entre os instrumentos da Política, os Programas Estratégicos de Segurança Hídrica.*

Instrumentos

** Revisão da Lei 9.433/1997.*

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

2. Programas Estratégicos de Segurança Hídrica

Detalhamento da proposta

Inclusão do Inciso VII no Art. 1º da Lei 9433/1997:

.....

“VII - a gestão de recursos hídricos deve contribuir para a segurança hídrica.”

Inclusão do Inciso VII no Art. 3º da Lei 9433/1997:

.....

“VII - a articulação dos órgãos de recursos hídricos com os responsáveis pela infraestrutura hídrica do país e pela proteção e defesa civil, nas ações de planejamento, prevenção e atuação em eventos hidrológicos críticos.”

Inclusão do Inciso VII no Art. 5º da Lei 9433/1997:

.....

“VII - os Programas Estratégicos de Segurança Hídrica”.

(continua)

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

2. Programas Estratégicos de Segurança Hídrica

Detalhamento da proposta

(continuação)

Acréscimo da Seção VII e do Art. 27-A na Lei 9433/1997:

.....

“SEÇÃO VII – DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE SEGURANÇA HÍDRICA

Art. 27-A Os Programas Estratégicos de Segurança Hídrica são guias de implementação de intervenções estratégicas que tem por objetivo prover garantia hídrica, em quantidade e qualidade, para o abastecimento humano, o equilíbrio dos ecossistemas e o desenvolvimento das atividades econômicas, bem como reduzir os riscos associados aos eventos hidrológicos críticos e aumentar a resiliência dos sistemas de abastecimento.”

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

3. Comitê Interministerial de Segurança e Infraestrutura Hídrica

Constatação/Problema/Desafio

A promoção da segurança hídrica no Brasil passa necessariamente pelo estabelecimento de canais institucionais e de mecanismos operacionais voltados à Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), os quais permitam organizar a ação do poder público de forma coerente observado o fundamento do uso múltiplo dos recursos hídricos.

Resumo da Proposta

Propõe-se a criação de um Comitê Interministerial de Segurança e Infraestrutura Hídrica (CINFRAH) e o aperfeiçoamento do Certificado de Sustentabilidade de Obra Hídrica – CERTOH de forma a exigí-lo durante a etapa de planejamento das obras hídricas.*

Instrumentos

** Minuta de Decreto Presidencial com regulamentação do CINFRAH e revisão do Decreto nº 4.024/2001.*

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

3. Comitê Interministerial de Segurança e Infraestrutura Hídrica

Detalhamento da proposta

MINUTA DE DECRETO PRESIDENCIAL

Cria o Comitê Interministerial de Segurança e Infraestrutura Hídrica, e estabelece critérios e procedimentos para planejamento, implantação ou financiamento de obras de infraestrutura hídrica com recursos financeiros da União.

Art. 1º Fica criado o CINFRAH, presidido pela Casa Civil e composto por 2 (dois) representantes, titular e suplente, dos seguintes Ministérios:

- a) do Meio Ambiente;*
- b) dos Transportes;*
- c) das Cidades;*
- d) da Integração Nacional;*
- e) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;*
- f) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;*
- g) de Minas e Energia;*
- h) o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; e*
- i) Saúde.*

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

3. Comitê Interministerial de Segurança e Infraestrutura Hídrica

Detalhamento da proposta

Art. 2º Caberá ao CINFRAH propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a:

I - estabelecer de diretrizes para a integração das diversas políticas públicas setoriais afetas ao planejamento, ao financiamento e à implementação da infraestrutura hídrica;

II - determinar a elaboração de estudos e a execução de ações que contribuam para garantir o uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos no país;

III - propor medidas visando garantir a ação eficaz do poder público na implementação de programas e medidas voltadas à ampliação da oferta hídrica ou de prevenção dos efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com os demais entes da Federação;

(...)

VII - certificar a viabilidade e adequação dos planos setoriais à luz das diretrizes de integração das políticas públicas e otimização dos investimentos públicos.

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

4. Aperfeiçoamento da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB

Constatação/Problema/Desafio

A questão da segurança física das obras de barramento tem se tornado cada vez mais prioritária e estratégica para o desenvolvimento do país, exigindo aperfeiçoamentos legais e institucionais que confirmem efetividade e eficiência à atuação do poder público, desde o planejamento, até a adequada manutenção das obras hidráulicas.

Resumo da Proposta

Propõe-se (i) o aprimoramento da Lei 12.334/2010, tendo-se por base, em grande medida, propostas encaminhadas no âmbito do PLS 224/2016*; e (ii) outras adequações no arcabouço legal e institucional, visando a criação de um Conselho Nacional de Segurança de Barragens (CNSB)*.*

Instrumentos

** Revisão da Lei 12.334/2010.*

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

4. Aperfeiçoamento da PNSB

Detalhamento da proposta

MINUTA DE PROJETO DE LEI

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 4º, 6º, 7º, 8º, 12, 13, 16 e 17 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação: (...)

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 17-A (...)

Art. 17-B (...)

Art. 17-C (...)

Art. 17-D (...)

(continua)

I. Segurança e Infraestrutura Hídrica

4. Aperfeiçoamento da PNSB

Detalhamento da proposta

MINUTA DE PROJETO DE LEI

(continuação)

Art. 2º Fica criado o Conselho Nacional de Segurança de Barragem (CNSB) com atribuições de:

I - zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB);

II - estabelecer diretrizes para implementação da PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);

III - apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional.” (NR)

Parágrafo único. O CNSB deverá ser regulamentado por Decreto Presidencial, que disporá sobre sua composição, estrutura institucional e vinculação ministerial.

II. Modelo Brasileiro de Governança

1. Papel e funcionamento do CNRH

Constatação/Problemas/Desafios

A composição e funcionamento do CNRH têm sido objeto de várias considerações críticas quanto à sua representação, ao formato das Câmaras Técnicas e, principalmente, no que concerne à efetividade das suas deliberações.

Resumo da Proposta

Propõe-se (i) ampliar a representação dos Estados e incluir, pela primeira vez, representações de municípios, com revisão dos critérios de escolha dos membros do CNRH a partir de cadastramento prévio; (ii) criar 3 câmaras permanentes e 1 Grupo Assessor, para responder às demandas específicas por prazo determinado**; (iii) criar cotas para participação das mulheres no CNRH**.*

Instrumentos

* Revisão do Decreto n.º 4.613/2003 de criação do CNRH

** Alteração da Portaria n.º 437/2013 Regimento Interno do CNRH.

II. Modelo Brasileiro de Governança

1. Papel e funcionamento do CNRH

Detalhamento da proposta

A composição do CNRH passaria a ser:

- (i) 16 membros do Poder Público Federal: o Governo Federal passa a ser representado por 16 entidades: ANA + 15 Ministérios;*
- (ii) 27 membros do Poder Público Estadual e Distrital: todos os 26 Estados e o Distrito Federal passam a ter assento permanente no CNRH, sendo o representante titular necessariamente o Secretário de Estado e Distrital responsável pela política estadual de recursos hídricos;*
- (iii) 2 representantes de organismos nacionais dos municípios; e*
- (iv) 18 membros dos setores usuários e da sociedade civil: representantes selecionados, respectivamente por entidades cadastradas junto ao CNRH conforme critérios e processos definidos em regulamento específico.*

Total: 63 membros

II. Modelo Brasileiro de Governança

1. Papel e funcionamento do CNRH

Detalhamento da proposta

| Segmentos | Situação atual | Proposta | Alterações |
|---------------------------|----------------|------------|-------------|
| (i) Poder Público Federal | 29 | 16 | -13 |
| (ii) Estados e DF | 10 | 27 | +17 |
| (iii) Municípios | 0 | 2 | +2 |
| (iv) Setores usuários | 12 | 12 | - |
| (v) Sociedade civil | 6 | 6 | - |
| | 57 membros | 63 membros | + 6 membros |

II. Modelo Brasileiro de Governança

2. Gestão participativa nas diferentes regiões do país

Constatação/Problema/Desafio

A adoção da totalidade da bacia como unidade básica de gestão tem desestimulado ou mesmo inviabilizado a implementação de Comitês em muitas partes do país, como na região Amazônica, onde os problemas imediatos e potenciais muitas vezes estão restritos a áreas localizadas. A determinação legal de instalação de um comitê na totalidade da bacia acaba por dificultar e atrasar a sua instalação.

Resumo da Proposta

Propõe-se que a implantação de comitês de bacia possa ser feita em recortes geográficos diferentes da totalidade da área de uma bacia hidrográfica, e de forma incremental**, se necessário, contemplando-se, assim, as especificidades regionais, em especial as do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país.*

Instrumentos

* Revisão do Art. 37 da Lei 9.433/1997

** Revisão da Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000.

II. Modelo Brasileiro de Governança

2. Gestão participativa nas diferentes regiões do país

Detalhamento da proposta

Lei n.º 9.433/1997

“Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário;

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas; ou

IV – área de conflito existente ou potencial identificadas no Plano Nacional de Recursos Hídricos ou por meio de resoluções específicas do CNRH ou dos Conselhos Estaduais.”

II. Modelo Brasileiro de Governança

3. Sustentabilidade financeira dos Orgs. de Bacia

Constatação/Problema/Desafio

Os recursos disponíveis para o custeio das Entidades Delegatárias das Funções de Agência de Água têm se mostrado recorrentemente aquém das reais necessidades dessas instituições para execução de suas atividades de apoio aos Comitês e implementação dos respectivos planos de bacia.

Resumo da Proposta

Propõe-se a ampliação do limite de custeio de 7,5% para até 15%, conforme proposta dos Comitês, sem qualquer alteração no que concerne à aplicação dos recursos orçamentários destinados à ANA.*

Instrumentos

**Revisão da Lei n.º 9.433/1997.*

II. Modelo Brasileiro de Governança

3. Sustentabilidade financeira dos Orgs. de Bacia

Detalhamento da proposta

Lei n.º 9.433/1997 “Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados (...):

*§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é **limitada a quinze por cento do total arrecadado**, observado percentual proposto pelo Comitê e aprovado pelo CNRH ou respectivo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.*

§ 2º Os valores previstos no caput deste artigo poderão ser repassados a entidades de natureza privada ou aplicados a fundo perdido, mediante autorização do CNRH ou dos Conselhos Estaduais, para realização de projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

*§ 3º **O limite de custeio está limitado a sete e meio por cento no caso dos recursos destinados à Agência Nacional de Águas** para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos .”*

II. Modelo Brasileiro de Governança

4. Conferência Nacional das Águas

Constatação/Problema/Desafio

O SINGREH já possui instâncias consultivas e deliberativas que contam com a participação de representantes da sociedade civil. Todavia, a representação dos atores sociais é distorcida e a participação social fica restrita a pequenos grupos melhor organizados.

Resumo da Proposta

Estabelecer uma Conferência Nacional das Águas (CONÁGUAS) que se configurará como amplo mecanismo de consulta à sociedade brasileira, complementar àqueles já existentes no âmbito dos colegiados do SINGREH.

Instrumentos

- Decreto – Art. 84, inciso VI da Constituição Federal
- Referência: Moção CNRH n.º 58, de 29/07/2011.

II. Modelo Brasileiro de Governança

4. Conferência Nacional das Águas

PROPOSTA DE DECRETO DE X DE XXXXX DE 20XX

Institui a Conferência Nacional de Águas-

CONÁGUAS e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Conferência Nacional de Águas-CONÁGUAS, a realizar-se sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

§1º A CONÁGUAS será presidida pela Presidente do CNRH.

§2º A Conferência será um mecanismo de consulta adicional, visando contribuir para a formulação de soluções e de políticas públicas no âmbito do SINGREH, bem como para o aperfeiçoamento contínuo da Política Nacional de Recursos Hídricos.

§3º A CONÁGUAS será articulada com o processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

III. Gestão Integrada de Recursos Hídricos

1. Integração com a Política de Meio Ambiente

Constatação/Problemas/Desafios

Há um baixo grau de articulação entre o SINGREH, o SISNAMA e o SNUC, apesar da determinação legal e da afinidade temática das políticas de recursos hídricos, meio ambiente e de unidades de conservação.

Resumo da Proposta

Propõe-se o início de uma discussão com os principais atores envolvidos, aportando-se contribuições para a formulação de soluções para diversas questões ainda não devidamente equacionadas relativas à integração das políticas de recursos hídricos, meio ambiente e de unidades de conservação.

Instrumentos

Diálogos a partir de roteiro pré-definido, abordando minimamente o conjunto de questões elencadas.

III. Gestão Integrada de Recursos Hídricos

1. Integração com a Política de Meio Ambiente

Detalhamento da proposta

O roteiro de discussão acerca da maior integração entre a gestão de água e a gestão ambiental envolve minimamente os seguintes aspectos:

- (i) criação de novos espaços e canais institucionais para integração entre SINGREH, SNUC e SISNAMA*
- (ii) definição de procedimentos e mecanismos para promover uma melhor articulação entre os instrumentos de gestão:*
 - padrões (padrões de qualidade ambiental, enquadramento)*
 - ordenamento territorial (ZEE, SNUC, APPs, planos)*
 - comando e controle (EIA, licenciamento, outorgas)*
 - instrumentos econômicos (incentivos fiscais, pagamento por serviços ambientais, cobrança)*
 - sistemas de informação (Sinima, Snirh e outros)*

III. Gestão Integrada de Recursos Hídricos

2. Integração com as Políticas Setoriais

Constatação/Problemas/Desafios

A Lei n.º 9.433 determina a integração da política de recursos hídricos com as políticas setoriais. Todavia, os diversos setores, inclusive no âmbito do poder público, muitas vezes definem seus investimentos com base em agendas setoriais, sem observar o planejamento de caráter mais geral para o conjunto dos setores usuários.

Resumo da Proposta

Propõe-se o início de uma discussão com os principais setores usuários, aportando-se contribuições para a formulação de agendas bilaterais de integração entre o SINGREH e os sistemas setoriais.*

Instrumentos

**Diálogos a partir de roteiro pré-definido, abordando-se minimamente o seguinte rol de questões inerentes ao desenvolvimento sustentável: Água e Saneamento; Água e Produção de Energia; Água e Produção de Alimentos; Água e Produção Industrial; Água e Transporte Aquaviário; Água e turismo, entre outras.*

IV. Instrumentos de Gestão

1. Implementação da RNQA

Constatação/Problemas/Desafios

O monitoramento de qualidade de água no Brasil é realizado em grande parte pelos órgãos gestores estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos. Visando contribuir para uma visão nacional da temática, as UFs enviam seus dados à ANA. Todavia, isso ocorre em formatos e prazos distintos, o que dificulta a consolidação dos resultados e gera uma defasagem na divulgação das informações. Há necessidade, portanto, de se otimizar o recebimento desses dados para elaboração do Relatório de Conjuntura e demais ações da ANA.

Resumo da Proposta

Propõe-se uma Resolução do CNRH que viabilize a utilização do Sistema HIDRO pelas Unidades da Federação e o estabelecimento de protocolos de troca automática de dados com aquelas que já possuem banco de dados próprio.*

Instrumentos

**Resolução CNRH (Referência: Resolução CNRH n.º 126, de 29/06/2011).*

IV. Instrumentos de Gestão

1. Implementação da RNQA

Detalhamento da proposta

Minuta de Resolução CNRH (Referência: Resolução CNTH n.º 126, de 29/06/2011)

Art. 1º Todas as Unidades da Federação que realizam monitoramento de qualidade das águas devem enviar os seus dados semestralmente à Agência Nacional de Águas.

Art. 2º Os dados produzidos pelo monitoramento qualitativo das águas superficiais brasileiras deverão ser armazenados no Sistema HIDRO da ANA ou em Banco de Dados próprio da UF.

§ 1º As UFs que não possuem Banco de Dados deverão utilizar o Sistema HIDRO da ANA

§2º As UFs que já possuem Banco de Dados devem permitir que a ANA migre os dados deste Banco para o HIDRO por meio de protocolos de troca automática de dados.

§3º A ANA dará suporte à manutenção e utilização do Sistema HIDRO e viabilizará a utilização de protocolo automático de troca de dados previsto no §2º.

IV. Instrumentos de Gestão

2. Aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento

Constatação/Problema/Desafio

Apesar de grande parte do território brasileiro estar coberto por planos de recursos hídricos, esses planos não articulam um planejamento integrado e efetivo, não têm consequência regulatória e sequer orientam o processo orçamentário das entidades do SINGREH.

Resumo da Proposta

Propõe-se (i) estabelecer normativo do CNRH que detalhe as diferenças de foco e estrutura dos planos de recursos hídricos, atribuindo caráter mais estratégico ao PNRH e aos planos estaduais e caráter mais operacional aos planos de bacias (ii) vincular os planos de aplicação dos recursos da cobrança ao plano da bacia*; e (iii) alterações legais para tornar os planos vinculantes ou indutores**.*

Instrumentos

** Alterar a Resolução CNRH 145/2012 e propor nova Resolução*

*** Alterar a Lei 8.001/1990*

IV. Instrumentos de Gestão

2. Aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento

Detalhamento da proposta

MINUTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNRH 145/2012

Os artigos 12 e 13 da Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12

V – avaliação das condições da qualidade da água nos cenários formulados com identificação de conflitos potenciais, de forma a constituir a base técnica da proposta de enquadramento”;

“Art. 13

VI - recomendações de ordem operacional para a implementação do plano, de forma a vincular a aplicação dos recursos da cobrança e orientar a programação orçamentária dos entes do SINGREH;

IX – proposta de enquadramento dos corpos hídricos, contemplando as metas progressivas intermediárias e final de qualidade de água e as diretrizes para sua efetivação, compatível com base técnica do inciso V, art. 12;

X – avaliação da sustentabilidade financeira da gestão de recursos hídricos, incluindo estudos técnicos sobre a implementação da cobrança e agência de bacia”.

IV. Instrumentos de Gestão

2. Aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento

Detalhamento da proposta

MINUTA DE NOVA RESOLUÇÃO CNRH

Estabelece o escopo dos Planos de Recursos Hídricos a serem elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.

Art.1º. Estabelecer o escopo dos Planos de Recursos Hídricos a serem elaborados para o País, por Estado e por bacia hidrográfica.

Art. 2º. O Plano Nacional de Recursos Hídricos deve ter caráter estratégico, contendo diretrizes e metas para orientar, em âmbito nacional:

I – o fortalecimento do SINGREH;

II - a implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão nas Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União – UGRHs, definidas na Resolução CNRH nº109/2010;

III – o planejamento dos setores usuários da água;

IV – as prioridades de uso da água associadas aos cenários de desenvolvimento regional; e

V – o Programa Estratégico de Segurança e Infraestrutura Hídrica.

(continua)

IV. Instrumentos de Gestão

2. Aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento

Detalhamento da proposta

(continuação)

Art.3º. Os Planos Estaduais de Recursos Hídricos devem ter caráter estratégico, voltados para a implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos e o fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Parágrafo único. Os Planos Estaduais poderão ter conteúdo operacional, que permitam o desenvolvimento de ações específicas, nas áreas de especial interesse para a gestão onde se verifique inexistência de comitês de bacia ou planejamento.

Art.4º. Os Planos de Recursos Hídricos de Bacias ou Regiões Hidrográficas devem ter caráter operacional, visando fundamentar e orientar a implementação da Política e o gerenciamento dos recursos hídricos das respectivas bacias ou regiões hidrográficas.

§ 1º Os Planos interestaduais incidem sobre os rios de domínio da união e seus afluentes e estabelecem as condições de entrega e as orientações para os instrumentos de gestão e os sistemas de gerenciamento das Unidades da Federação inseridas em sua área de abrangência.

*§2º Os Planos em afluentes estaduais preferencialmente deverão ser considerados como **parte integrante de um plano interestadual**.*

IV. Instrumentos de Gestão

2. Aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento

Detalhamento da proposta

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI 8.001/1990

Art. 2º O Art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 1º

.....

*§ 7º No **mínimo dez por cento dos recursos** a que se refere o inciso I do caput serão destinados à implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, dos planos de bacia de rios de domínio estadual e dos programas de efetivação de enquadramento.”*

IV. Instrumentos de Gestão

3. Universidade Aberta da Água

Constatação/Problema/Desafio

As capacidades dos membros do SINGREH ainda são limitadas, persistindo uma baixa consciência acerca da questão hídrica na sociedade. É necessário promover o desenvolvimento de capacidades voltadas aos desafios dos diferentes atores, bem como de iniciativas educacionais que contribuam para a construção de uma nova cultura da água no país.

Resumo da Proposta

Propõe-se (i) explicitar a capacitação como um dos instrumentos de gestão e (ii) instituição do Sistema Universidade Aberta da Água (UNA-Água) a partir de um arranjo institucional entre a ANA e Instituições de Ensino, formais ou não formais, para que atuem de forma colaborativa e coordenada para o desenvolvimento de capacidades e promoção de uma nova cultura hídrica**.*

Instrumentos

* Revisão do art. 5º da Lei nº 9.433/97;

** Decreto

IV. Instrumentos de Gestão

3. Universidade Aberta da Água

Detalhamento da proposta

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 9.984, de 17 de junho de 2000 e na Resolução, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no 98, de 26 de março de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Agência Nacional de Águas - ANA, o Sistema Universidade Aberta da Água - UNA-ÁGUA, com a finalidade de atender às necessidades de capacitação e educação prioritária dos integrantes e instituições que compõem o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

(...)

IV. Instrumentos de Gestão

4. Aperfeiçoamento da cobrança pelo uso da água

Constatação/Problema/Desafio

Propostas de reajuste dos níveis de preços públicos unitários da cobrança frente à inflação não têm sido apresentadas ao CNRH, o que acaba por resultar na redução de seus valores em termos reais e comprometer o uso desse instrumento de gestão.

Resumo da Proposta

Propõe-se que (i) o CNRH defina valores mínimos e máximos (pisos e tetos) por região hidrográfica e os índices de correção anual; (ii) os Comitês de Bacia Hidrográfica manteriam todas as suas prerrogativas, podendo submeter novas propostas de preços unitários em qualquer tempo.*

Instrumentos

**Revisão da Resolução CNRH nº 48/2005.*

IV. Instrumentos de Gestão

4. Aperfeiçoamento da cobrança pelo uso da água

Detalhamento da proposta

Revisão da Resolução CNRH nº 48/2005“Art. 5º O valor e o limite a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos deverão estar definidos conforme critérios técnicos e operacionais, acordados nos comitês de bacia hidrográfica e órgãos gestores e aprovados pelo respectivo Conselho de Recursos Hídricos.

§ 1º Os valores e limites a que se refere o caput deste artigo, deverão ser compatíveis com os limites mínimo e máximo estabelecidos pelo CNRH por região hidrográfica, por meio de resolução específica.

§ 2º Os conselhos estaduais de recursos hídricos poderão estabelecer normativos complementares para a definição de faixa de valores diferenciados para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual, respeitados os limites por região hidrográfica definidos pelo CNRH.

(continua)

IV. Instrumentos de Gestão

4. Aperfeiçoamento da cobrança pelo uso da água

Detalhamento da proposta

(continuação)

“§ 3º Os valores dos preços públicos unitários e os limites a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos serão corrigidos automaticamente no início de cada ano, conforme índice e mecanismos de reajuste anual estabelecidos pelo CNRH.

§ 4º Os comitês de bacias hidrográficas poderão submeter à apreciação do CNRH ou do respectivo Conselho Estadual propostas para reajuste diferenciado.

§ 5º As propostas para reajuste diferenciado deverão ser apresentadas até o término do primeiro trimestre de cada exercício, e poderão ser aprovadas desde que não resultem em valores de cobrança incompatíveis com os limites regionais estabelecidos pelo CNRH e pelos conselhos estaduais para a sua área de atuação.”

IV. Instrumentos de Gestão

5. Outorga de diluição de efluentes

Constatação/Problema/Desafio

A má qualidade das águas em muitos corpos d'água brasileiros é um problema crescentemente percebido pela população e que demanda soluções. Esgotos domésticos urbanos sem tratamento adequado, dejetos industriais, minerários, de atividades agrícolas e outros são os principais motivos de poluição das águas no país.

Resumo da Proposta

Propõe-se estabelecer normativo do CNRH com definição de diretrizes para análise e emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos para diluição de efluentes domésticos urbanos em todo o território nacional.*

Instrumentos

** Resolução do CNRH.*

IV. Instrumentos de Gestão

5. Outorga de diluição de efluentes

Detalhamento da proposta

MINUTA DE NOVA RESOLUÇÃO CNRH

Estabelece diretrizes para análise e emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos para diluição de efluentes de esgotos sanitários urbanos em todo o território nacional.

(...)

Art. 2º. Todos os municípios, cujos lançamentos de efluentes urbanos estão sujeitos a outorga, deverão tratar seus esgotos.

§1º O órgão outorgante não deverá emitir outorga para diluição de efluente bruto oriundo de esgotamento sanitário.

§2º Será avaliada a emissão de outorga de efluente proveniente de sistema de esgotamento sanitário, considerando a compatibilidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico.

§3º Quando não houver essa compatibilidade, deverá ser apresentada justificativa por parte do requerente e/ou anuência por parte do município.

(continua)

IV. Instrumentos de Gestão

5. Outorga de diluição de efluentes

Detalhamento da proposta

(continuação)

“Art. 4º O efluente a ser outorgado deverá obedecer, no mínimo, aos **padrões de lançamento estabelecidos pelo CONAMA**.

Art. 5º O órgão outorgante poderá adotar metas progressivas para alcance da eficiência requerida de remoção de carga orgânica, não inferior ao estabelecido no Art. 4º, em função da disponibilidade hídrica, da classe de enquadramento e do nível de comprometimento qualitativo estimado do corpo hídrico.

(...)

Art. 6º Nas bacias hidrográficas classificadas como de especial interesse para a gestão de recursos hídricos, a serem estabelecidas pelo órgão gestor em instrumento específico, as outorgas devem ser emitidas mediante a realização de uma **avaliação integrada dos lançamentos de esgotos** para garantir atendimento à classe dos rios, podendo-se, inclusive, resultar na revisão de outorgas já emitidas.

Parágrafo único. Na solução integrada deverá ser **priorizada a disposição de efluentes em corpos receptores cujas condições atuais de qualidade da água sejam incompatíveis com usos mais exigentes.**”

V. Outras Questões

1. Conservação de água e reúso

Constatação/Problemas/Desafios

O estabelecimento de uma política pública de incentivo ao reúso (direto e indireto) exigiria a fixação de parâmetros ambientais e de saúde pública, bem como demandaria a criação de linhas de financiamento e/ou subsídios tarifários para investimento em projetos de reúso, além de capacitação específica dos profissionais e dos usuários.

Resumo da Proposta

Propõe-se (i) explicitar a possibilidade de reúso entre os usos sujeitos à outorga pelo poder público; (ii) definir padrões de qualidade ambiental e de procedimentos simplificados para fins de licenciamento ambiental e outorga**;* (iii) criação de programas de incentivo ao reúso direto e indireto, principalmente em bacias críticas.

Instrumentos

* Revisão do art. 12 da Lei nº 9.433/97;

** Resoluções CONAMA e CNRH (a detalhar).

V. Outras Questões

1. Conservação de água e reuso

Detalhamento da proposta

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

*V - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água, **incluídas as modalidades de údireto e indireto.***"

V. Outras Questões

2. Modelo de pagamento por resultados

Constatação/Problema/Desafio

Existem diversas experiências exitosas de implementação de esquemas eficientes de subsídio público com foco no alcance de metas e resultados: PRODES, Progestão, Procomitês, Qualiágua. Todavia, essas experiências ainda têm alcance limitado, devido, em parte, à falta de previsão de instrumento próprio para as transferências voluntárias.

Resumo da Proposta

Propõe-se ampliar as possibilidades de aplicação do modelo de resultados nas políticas públicas como alternativa aos instrumentos convencionais, revisando o arcabouço infra legal vigente de forma a explicitar o uso de contratos de metas e resultados como um dos instrumentos para transferências voluntárias.*

Instrumento

** Revisão do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.*

V. Outras Questões

2. Modelo de pagamento por resultados

Detalhamento da proposta

Art. 1º O Art. 1º O Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“§ 1º

VII – contratado - órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, com a qual a administração federal pactua a execução de contrato de repasse ou **contrato de pagamento pelo alcance de metas e resultados**.

.....

X - objeto - o produto do convênio, do contrato de repasse ou do **contrato de pagamento pelo alcance de metas e resultados**, observados o programa de trabalho ou plano de metas e as suas finalidades.

(continua)

V. Outras Questões

2. Modelo de pagamento por resultados

Detalhamento da proposta

(continuação)

XIV – contrato de pagamento pelo alcance de metas e resultados - instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual se processa o pagamento pelo alcance de metas livremente acordadas pela administração federal com órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos.

.....

“§ 6º Na execução de programas de governo, o órgão federal poderá optar pela celebração de instrumentos contratuais específicos de pagamento pelo alcance de metas e resultados.

Obrigado!

Vicente Andreu
Diretor-Presidente

legado.ana@ana.gov.br

www.ana.gov.br

Siga **anagovbr** na mídias sociais

